



# SILVÂNIA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.554.993/0001-20

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Prezados Acionistas,

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

#### 1) A COMPANHIA

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "STE"), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia encontra-se em fase de construção, e a entrada em operação está prevista para novembro de 2023. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em construção em km:	156
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/acessadas:	2

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Desempenho econômico-financeiro

	2022	2021
• Liquidez geral	1,12	14,21
• Liquidez corrente	2,02	9,59
• Relação patrimônio líquido/ativo	10,71%	92,96%
• Relação passivo não circulante/ativo	80,81%	1,00%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	2,53%	1,00%
• Relação lucro operacional/patr. líquido	72,95%	1,22%
Ativos totais - R\$	351.040.265	39.437.242
Lucro líquido do exercício	951.052	366.092

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentro os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos. **Ética, Transparência e Compliance:** Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em

integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pilulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho. A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovam a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	51.969.063	22.801.924	8	26.828.789	1.146.782
Contas a receber - partes relacionadas	18	8.080	-	18	1.046.704	1.188.645
Outros impostos a recuperar		18.039	-	9	282.373	628
Despesas antecipadas		33.933	33.933	9	1.605.532	40.610
Adiantamento a fornecedores	6	1.600.929	-	12	9.035	3.478
Ativos de contrato	7	6.459.173	-		<b>29.772.433</b>	<b>2.380.143</b>
		<b>60.089.217</b>	<b>22.835.857</b>			
<b>Ativo não circulante</b>			<b>Passivo não circulante</b>			
Ativos de contrato	7	290.900.196	16.516.601	10	264.999.005	-
Despesas antecipadas		50.852	84.784	11	18.664.196	394.485
		<b>290.951.048</b>	<b>16.601.385</b>	12	<b>283.663.201</b>	<b>394.485</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>351.040.265</b>	<b>39.437.242</b>			
			<b>Patrimônio líquido</b>			
			Capital social	12	60.001.000	60.001.000
			Capital a integralizar		(23.701.000)	(23.701.000)
			Reserva legal		65.858	18.305
			Reserva de lucros a realizar		1.238.773	344.309
					<b>37.604.631</b>	<b>36.662.614</b>
			<b>Total do passivo</b>		<b>351.040.265</b>	<b>39.437.242</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Total
Constituição da companhia (nota explicativa 12)	1.000	-	-	-	-	1.000
Aumento de capital (nota explicativa 12)	60.000.000	(23.701.000)	-	-	-	36.299.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	366.092	366.092
Constituição de reserva legal (nota explicativa 12)	-	-	18.305	-	(18.305)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 12)	-	-	-	-	(3.478)	(3.478)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (nota explicativa 12)	-	-	-	344.309	(344.309)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.001.000</b>	<b>(23.701.000)</b>	<b>18.305</b>	<b>344.309</b>	<b>366.092</b>	<b>36.662.614</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	951.052	951.052
Constituição de reserva legal (nota explicativa 12)	-	-	47.553	-	(47.553)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 12)	-	-	-	-	(9.035)	(9.035)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (nota explicativa 12)	-	-	-	894.464	(894.464)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60.001.000</b>	<b>(23.701.000)</b>	<b>65.858</b>	<b>1.238.773</b>	<b>951.052</b>	<b>37.604.631</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "STE"), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia encontra-se em fase de construção e a entrada em operação está prevista para novembro de 2023. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** Em 17 de dezembro de 2020 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 001/2020 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$30.186.000 e deságio de 46,07% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 14 de maio de 2021, pelo prazo de 30 anos. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Emborcação C1 e a subestação Silvânia. As ENTRADAS DE LINHA correspondentes na subestação Silvânia e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes. (ii) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Itumbiara C1 e a subestação Silvânia e a aquisição de equipamentos necessários às linhas modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes. (iii) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia - Itumbiara C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bom como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia. (iv) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia - Emborcação C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 30.186.000 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Reforço:** Em 14 de Dezembro de 2021, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a Silvânia Transmissora de

Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 10.989, a implantar reforços na SE Silvânia - instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar com RAP determinada em R\$ 5.505.366,70 (cinco milhões e quinhentos e cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) a saber: (i) Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT3 500 kV - 3x50Mvar; (ii) Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT3 500kV - 3x50 Mvar; (iii) Instalação de uma interligação de barramentos IB4, em 500 kV, arranjo Disjuntor e Meio; (iv) Complementação ao módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra na SE Marimbondo II para instalação do 2º reator de barra 3x45,3 MVAR, 500kV, incluindo aquisição de terreno para a ampliação.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Receita operacional líquida	13	261.558.186	5.647.647
Custo de construção operação	14	(232.372.627)	(5.150.787)
<b>Lucro bruto</b>	<b>15</b>	<b>29.185.559</b>	<b>496.860</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.752.042)	(49.082)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>15</b>	<b>27.433.517</b>	<b>447.778</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>16</b>	<b>(11.813.109)</b>	<b>100.155</b>
Receita financeira		19.388.214	136.409
Despesa financeira		(31.201.323)	(36.254)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>15</b>	<b>15.620.408</b>	<b>547.933</b>
IRPJ e CSLL correntes	17	(6.308.181)	(1.304)
IRPJ e CSLL diferidos	17	(8.361.175)	(180.537)
<b>Lucro líquido do Exercício</b>		<b>951.052</b>	<b>366.092</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	951.052	366.092
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>951.052</b>	<b>366.092</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>15.620.408</b>	<b>547.933</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros sobre financiamento	30.504.532	-
Custos de transação do financiamento (Aumento) redução nos ativos operacionais	(505.527)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(8.080)	-
Ativo de contrato	(280.842.768)	(16.516.601)
Outros impostos a recuperar	(18.039)	-
Adiantamento a fornecedores	(1.600.929)	-
Despesas antecipadas	33.933	(118.717)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores - terceiros e partes relacionadas	25.540.066	2.335.427
Impostos e contribuições sociais	18.650.616	344.247
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(192.625.788)</b>	<b>(13.407.711)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.004.295)	-
Outros impostos pagos	(11.199.300)	(90.365)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(205.829.383)</b>	<b>(13.498.076)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	36.300.000
Financiamentos captados	235.000.000	-
Dividendos pagos	(3.478)	-
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>234.996.522</b>	<b>36.300.000</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>29.167.139</b>	<b>22.801.924</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>22.801.924</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>51.969.063</b>	<b>22.801.924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixa equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas

continua →





# SILVÂNIA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.554.993/0001-20



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

**3.3 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.4 Impostos: Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social, a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.5 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.7 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.8 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.9 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e

mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.11 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.12 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) **Definição de política contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. (c) **Divulgações de políticas contábeis** - (alterações aos CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere à inclusão da definição de "políticas contábeis" e a substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando à materialidade de seus saldos e sua razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam como base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (d) **Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente transitável e dedutível, sendo estas decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (e) **Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts - (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	182.965	94.000
Aplicações financeiras (i)	51.786.098	22.707.924
	<b>51.969.063</b>	<b>22.801.924</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado e ofereceram tanto em 2021 quanto em 2022 uma remuneração atrelada à taxa de 101,75% (banco Santander) e entre 103 e 105,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações. Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro de 2022 (Nota explicativa 10).

**6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES**

	31/12/2022	31/12/2021
Ordem de despêndio (i)	471.207	-
Compra com entrega futura (ii)	1.129.722	-
	<b>1.600.929</b>	-

(i) Saldo refere-se à elaboração de relatórios técnicos de caracterização e análise socioambiental (R3) e estimativa de custos fundiários (R5) da linha de transmissão em 800kV Graça Aranha - Silvânia, localizada nos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. (ii) Saldo refere-se à compra de areia e brita para as fundações das torres de transmissão. Estas compras são feitas em toneladas, com as realizações das entregas mediante o andamento da obra.

**7. ATIVO DE CONTRATO**

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	6.459.173	-
Não Circulante	290.900.196	16.516.601
	<b>297.359.369</b>	<b>16.516.601</b>

**Saldo inicial**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção (i)	16.516.601	-
Receita de remuneração (ii)	264.830.265	5.779.769
Adiantamento a fornecedores	6.636.457	81.826
	<b>9.376.046</b>	<b>10.655.006</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021</b>	<b>297.359.369</b>	<b>16.516.601</b>

(i) Receita de construção: Tendo em vista o fato de que a receita de construção é um produto da margem de construção e dos custos de construção, a variação refere-se ao fato de que os custos de construção foram mais expressivos em 2022 devido à obtenção de licenças dando início à construção do projeto. (ii) O aumento da receita de remuneração é decorrência do fato de que houve um aumento do saldo de ativo contratual, dado o avanço da construção. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato

estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

**8. FORNECEDORES - TERCEIROS**

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (i)	26.583.181	1.011.288
Gastos ambientais e fundiários	222.309	117.852
Serviços	23.299	17.642
	<b>26.828.789</b>	<b>1.146.782</b>

(i) Variação refere-se substancialmente após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022, consequentemente com o aumento do número de contratos firmados com os subcontratados do epcista e seus respectivos pagamentos mensais.

**9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR**

**Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	56.691	139
CSLL (i)	225.682	489
	<b>282.373</b>	<b>628</b>

**Outros impostos**

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (i)	1.040.434	-
ISS (i)	416.250	34.774
INSS (i)	129.649	-
PIS/COFINS/CSLL (i)	13.681	3.326
IRRF retido na fonte (i)	5.518	2.510
	<b>1.605.532</b>	<b>40.610</b>

(i) Variação refere-se substancialmente após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022, consequentemente com o aumento do número de contratos firmados com os subcontratados do epcista e seus respectivos pagamentos mensais.

**10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

**a) Total da dívida**

Descrição	Venci- Início mento Jan/22	Garan- tidor (c) SGBH	Encargos 1,40% CDI	31/12/2022	31/12/2021
				264.999.005	-
Debêntures	Jan/22	SGBH	1,40% CDI	264.999.005	-
				<b>264.999.005</b>	-
Circulante				-	-
Não circulante				264.999.005	-
				<b>264.999.005</b>	-

**b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Finan- ciador	Saldo inicial 31/12/2021	Juros, variações e cambial 31/12/2022	Liqui- dação 31/12/2022	Custo de transação a amortizar 31/12/2022	Novas captações 31/12/2022	Saldo final 31/12/2022
	-	-30.504.532	-	-235.000.000	(505.527)	264.999.005
<b>Total</b>	-	<b>-30.504.532</b>	-	<b>-235.000.000</b>	<b>(505.527)</b>	<b>264.999.005</b>

**Debêntures:** Em 18 de janeiro de 2022 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 235.000.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), com amortização a ser realizada em parcela única, na data do vencimento, em 25 de janeiro de 2025. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a., os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de vencimento das Debêntures. **c) Garantias:** • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

**11. IMPOSTOS PASSIVOS DIFERIDOS**

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>10.122.484</b>	<b>213.948</b>
PIS diferido	1.802.634	38.100
COFINS diferido	8.319.850	175.848
<b>IR e CSLL diferidos</b>	<b>8.541.712</b>	<b>180.537</b>
IR diferido	5.546.566	117.232
CSLL diferido	2.995.146	63.305
	<b>18.664.196</b>	<b>394.485</b>

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social:** Em 24 de março de 2021 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 1.000 (mil reais). Em 18 de junho de 2021 foi aprovado o aumento de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões) de novas ações ordinárias normativas com valor nominal de R\$ 1,00 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social subscrito e da Companhia é de R\$ 60.001.000 (sessenta milhões e mil reais) dividido em 60.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas, sendo R\$ 36.300.000 (trinta e seis milhões e trezentos mil reais) já integralizados no decorrer de 2021 e R\$ 23.701.000 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais) com expectativa de serem integralizados até a data de entrada da operação em novembro de 2023, no valor nominal de R\$ 1,00 cada conforme AGE de 18 de junho de 2021. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	100,00%
	<b>100%</b>

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de lucros a realizar:** A Companhia destinou para a conta de reserva de lucros a realizar, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. **d. Dividendos mínimos obrigatórios:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	951.052	366.092
Reserva legal (5%)	47.553	18.305
Base de cálculo para os dividendos	903.499	347.787
Dividendo mínimo obrigatório	<b>9.035</b>	<b>3.478</b>
Constituição da reserva de lucros a realizar	894.464	344.309

O valor do dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021, foi pago em 26 de maio de 2022.

**13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	<b>271.466.721</b>	<b>5.861.595</b>
Remuneração dos ativos de contrato (i)	6.636.456	81.826
Receita de construção (i)	264.830.265	5.779.769
Deduções da receita operacional	<b>(9.908.535)</b>	<b>(213.948)</b>
PIS (corrente e diferido) (i)	(1.764.534)	(38.100)
COFINS (corrente e diferido) (i)	(8.144.001)	(175.848)
	<b>261.558.186</b>	<b>5.647.647</b>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de CAPEX e consequentemente à margem de receita financeira e de construção após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022.

**14. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO**

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção (i)	<b>(232.372.627)</b>	<b>(5.150.787)</b>
	<b>(232.372.627)</b>	<b>(5.150.787)</b>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de CAPEX após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022.

continua ★





# SILVÂNIA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.554.993/0001-20



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

#### 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(1.099.227)	—
Serviços de terceiros	(355.430)	(42.828)
Arrendamentos e alugueis	(127.337)	—
Administradores	(48.462)	—
Materiais	(34.796)	—
Tributos	(20.202)	(2.273)
Outros	(66.588)	(3.981)
	<b>(1.752.042)</b>	<b>(49.082)</b>

(i) A incidência de despesas com pessoal em 2022 ocorre devido à inclusão de STE, em julho de 2022, no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016) entre a SGBH e suas controladas.

#### 16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	19.388.214	136.409
Receita de aplicações financeiras (i)	19.383.991	136.409
Outras receitas financeiras	4.223	—
Despesa financeira	(31.201.323)	(36.254)
Juros sobre debêntures (ii)	(30.504.532)	—
Custos de transações s/debêntures (iii)	(414.300)	—
IOF, comissões e taxas (iv)	(277.353)	(2.429)
Atualização monetária	—	(33.794)
Outras despesas financeiras	(5.138)	(31)
	<b>(11.813.109)</b>	<b>100.155</b>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2022 (Nota explicativa 5). (ii) Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro de 22 com incidência de juros equivalentes a CDI + 1,40% sobre o valor nominal unitário (Nota explicativa 10). (iii) Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro de 22 ocasionando os custos de transações mensais desde sua emissão (Nota explicativa 10). (iv) Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro de 22 ocasionando seus custos de comissionamento; e ao aumento das aplicações financeiras e consequentemente dos seus resgates com incidências de IOF.

#### 17. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2022	31/12/2021
Apuração IRPJ	—	—
Receitas brutas (i)	—	—
Base de cálculo (8%)	—	—
Outras receitas (ii)	18.624.065	5.434
Base de cálculo	18.624.065	5.434
IR devido	(4.632.015)	(815)
(+) IR diferido/Outros	(5.429.334)	(117.232)
Total de IRPJ	(10.061.349)	(118.047)
Apuração CSLL	—	—
Receitas brutas (i)	—	—
Base de cálculo (12%)	—	—
Outras receitas (ii)	18.624.065	5.434
Base de cálculo	18.624.065	5.434
CSLL devido	(1.676.166)	(489)
(+) CSLL diferido/Outros	(2.931.841)	(63.305)
Total de CSLL	(4.608.007)	(63.794)
Total de IRPJ/CSLL	(14.669.356)	(181.841)
Total de IRPJ/CSLL corrente	(6.308.181)	(1.304)
Total de IRPJ/CSLL diferido	(8.361.175)	(180.537)

(i) As Companhias do grupo SGBH tributadas pelo Lucro Presumido, tributam as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC). A natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, não comportando seu desmembramento tal qual as Concessionárias fornecessem serviços de construção ao Poder Concedente. Ainda que para fins contábeis as transmissoras devam reconhecer suas receitas a medida da execução da obra de infraestrutura, tais valores devem ser considerados como uma mera expectativa de benefícios futuros; as receitas a que fazem jus as transmissoras decorrem unicamente da prestação de transmissão remuneradas por meio da RAP. Dessa forma, a companhia somente auferirá receitas operacionais após a entrada em operação das linhas de transmissão. (ii) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2022 e consequentemente de seus resgates (Nota explicativa 5).

#### 18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

##### 18.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	8.080	—
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	8.080	—

##### 18.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	1.046.704	1.188.645
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.046.704	—
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (iii)	—	1.188.645

##### 18.3 Resultados

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	1.471.504	—
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.350.545	—
Aluguel (ii)	120.959	—

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Saldo refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) Em maio de 2021, a Companhia assinou o contrato de concessão com ANEEL, no qual está previsto reembolso de estudos vinculados a concessão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, não se constituindo em propriedade da Transmissora, sendo de responsabilidade da Companhia a emissão e o encampamento da respectiva fatura à Transmissora. 18.4 Remuneração da Administração: As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia

reconhecidos no resultado do período foram obtidas de acordo com o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, e estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores reconhecidos no resultado	311.288	—
Remuneração fixa e variável (*)	311.288	—
Valor total da remuneração	311.288	—

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

#### 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 19.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

##### 19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	51.969.063	22.801.924

##### Ativos mensurados pelo custo amortizado

Contas a receber - partes relacionadas	Nota	31/12/2022	31/12/2021
	18	8.080	—

##### Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores terceiros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
	8	26.828.789	1.146.782
Fornecedores - partes relacionadas	18	1.046.704	1.188.645
Financiamentos - terceiros	10	264.999.005	—

##### 19.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações de valor justo:

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA, e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo: • Saldo contábil: R\$ 264.999.005. • Cálculo valor justo: R\$ 267.068.028. A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

#### 23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 192.473.718 (cento e noventa e dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e deztois reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW	19/11/2021	178.355
STE-PM-2021-5491	Marte	Estudo de estruturas	15/02/2022	116.512
STE020225954	PLP	Sistema de amortecimento	01/04/2022	12.261
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW	31/03/2022	5.768.678
STE-PM-2022-7934	Abengoa	IPARO - aluguel de equipamento	03/11/2022	57.600
STE-PM-2022-7344	Sepeco1	IPARO - aluguel de equipamento	03/10/2022	54.105
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	14.630.289
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	34.313
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	318.007
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	155.925
STE-PM-2021-4358	Geo Advance	Sondagem	24/08/2021	268.748
STE-PM-2021-5411	Brametal	Estrutura	28/04/2022	15.440.654
STE-PM-2022-6222	Belgo	Cabo Estaiado	18/05/2022	1.257.755
STE-PM-2022-6307	PLP	Acessórios	24/05/2022	1.184.081
STE-PM-2022-6567	Vercon	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	568.309
STE-PM-2022-6567	Vértice	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	998.152
STE-PM-2022-6222	Sae Towers	Ferragens de cadeias e acessórios para cabos condutores e pára-raios	20/05/2022	4.449.480
STE-PM-2022-6309	Prysmian	Cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	581.419
PO_000865	Votorantim	Cimento	31/05/2022	330.844
PO_000867	Ciplan	Cimento	31/05/2022	160.380
PO_000872	Gerdau	Fornecimento de aço	31/05/2022	830.194
PO_001540	Posto Bonfinópolis	Combustível	23/09/2022	985.000
PO_001542	Barras	Combustível	23/09/2022	870.000
PO_001543	Posto JM Eirelli	Combustível	23/09/2022	930.000
PO_001544	Posto União	Combustível	23/09/2022	790.000
PO_001545	Sabor da Carne	Refeição	23/09/2022	2.461.304
PO_001539	Versátil	Projetos/estudos	23/09/2022	49.680
STE-PM-2021-4126	CET Brazil	EPC - Subestação	14/07/2021	82.744.414
STE-PM-2021-4144	Tractebel	Projeto executivo	28/09/2022	588.534
STE-PM-2022-7445	Procel	Construção	07/10/2022	6.570.359
STE-PM-2022-7859	Brafer	Estruturas de aços	28/11/2022	2.753.344
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator	21/12/2022	10.000.000
STE-PM-2021-4418	E-Guana	SIGET	09/12/2021	39.030
STE-AD-2022-7893	CET Brazil	EPC - Projeto de reforço	06/10/2022	30.717.303
STE-PM-2022-7854	Procel	Construção - obra civil	06/10/2022	2.878.134
STE-PM-2022-8194	Brafer	Estruturas de aços	28/11/2022	1.127.711
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Engenharia do proprietário	28/08/2021	1.572.844
				<b>192.473.718</b>
				<b>Em R\$</b>
				<b>192.473.718</b>
				<b>192.473.718</b>

##### Cronograma de vencimento

2023	—
2024	—
2025 em diante	—

#### 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" ou "possível" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários conforme orientações do CPC 25 (Provisões, Passivo Contingente e ativo).

#### 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023 a Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE") assinou o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro com sua controladora State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), mútua da operação, os desembolsos ocorrerão conforme necessidade, no montante total de até R\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de reais). Sobre o montante efetivamente desembolsado, incidirão juros equivalentes a 110% CDI a.a. com pagamento de juros e principal em parcela única na data do vencimento, a ocorrer em 30 de setembro de 2023.

#### DIRETORIA

**Xi Zongyue**  
Diretor-Presidente

**Ricardo Felix**  
Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Silvânia Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Silvânia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa

auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja a Nota 3.2, 7 e 13 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de construção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de construção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram,

dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) Realizamos a leitura e inspeção dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) Verificação, com o apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo consistentes em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Realizamos inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício; (v) Verificamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos da construção, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência; (vi) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e (vii) Avaliação se as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras considera, todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

continua →





# SILVÂNIA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.554.993/0001-20



★ continuação

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes e respectivas divulgações feitas pela administração de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Marcelo Nogueira de Andrade**  
Contador - CRC RJ-086312/O-6

